



Sete em cada 10 órfãos do feminicídio no DF são criados por mulheres da própria família. Enquanto lidam com as consequências das tragédias familiares, principalmente as avós enfrentam o desafio de cuidar dos netos

» LETÍCIA MOUHAMAD

Na parede da sala de L.S.*, 41 anos, um mural improvisado com fotos da filha, M.S., traz um misto de saudade e aconchego. Representa, sobretudo, a pior das dores que uma mãe pode sentir: a da perda. “A gente não veio ao mundo para enterrar nossos filhos”, desabafa. A maior das lembranças, porém, está nas feições do neto de 4 anos, cuja guarda ficou sob sua responsabilidade após M.S. ser arrancada de suas vidas. “Esse menino é a cara dela. Até o jeito é o mesmo”, completa.

Aos 19 anos, M.S. foi abusada e assassinada pelo próprio pai, em Planaltina. Natural do interior de Minas Gerais, a jovem veio ao Distrito Federal em busca de melhores condições de vida. Queria estudar. Foi morar com o genitor, mas a relação era turbulenta. Em setembro de 2025, entrou para as estatísticas de feminicídio — 29 no total, naquele ano. O filho da vítima, com 3 anos na ocasião, passou a morar de forma definitiva com a avó, em um vilarejo localizado em Buritis (MG). “Como um pai ‘dá a vida’, ajuda a criar e tira do mundo? Essa é a maior covardia que alguém pode fazer. Ainda não consigo entender”, comenta L.S.. O neto é ela quem alimenta, acompanha nos estudos, brinca, garante os remédios, coloca para dormir e leva para passear. Enquanto conversava com a reportagem, ela se revezava para ajudar o pequeno nas tarefas de casa. “Mostra para a tia que você já conhece as letras do alfabeto”, dizia, orgulhosa.

Assim como a dona de casa, muitas mulheres que perdem as filhas para o feminicídio ficam com o encargo de cuidar dos netos. Lidam com o luto e com a nova responsabilidade. Segundo dados da Secretaria da Mulher (SMDF), sete em cada 10 órfãos desse crime são criados por outra mulher da própria família. Somadas avós, tias, irmãs, segundas mães e primas, elas compreendem 114 dos 161 casos atendidos pelo programa Acolher Eles e Elas (que ampara os filhos deixados após a tragédia). As avós, sozinhas, respondem por quase 43% (veja o infográfico).

“O feminicídio não mata apenas a mãe. Ele transfere a criação dos filhos para outra mulher da mesma família, quase sempre uma geração acima, que assume o cuidado em condições que não escolheu e sem preparo prévio”, destaca Mayara Souza, da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da SMDF. De 2015 a setembro de 2026, o feminicídio deixou 503 órfãos, dos quais 65,2% eram menores de idade na ocasião do crime.

“Naquela foto, eu estava na barriga da mamãe”, aponta o neto de L.S., mostrando-me a imagem de M.S. grávida. “Ele sempre fica olhando as fotos dela na parede, mas pergunta pouco. Fala que a mãe é uma estrelinha e que vai voltar. Eu concordo. Em algum tempo e espaço, vamos nos reencontrar”, assegura, com o olhar distante.

Cuidadoras

Após o feminicídio da filha, L.S. foi procurada pelo projeto Amparar, do Núcleo de Atenção às Vítimas (Nuav) do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), por meio do qual passou a receber assistência psicológica e jurídica. A

A dor de quem fica

70,1% dos órfãos do feminicídio são criados por outra mulher da própria família

O retrato da tragédia

250 VÍTIMAS

de feminicídio no DF (80,8% eram mães)

503 ÓRFÃOS

(65,2% menores de idade na data do crime)

Dados de 2015 (ano de sanção da Lei nº 13.104/2015 — Lei do Feminicídio) a set/2026

Fontes: SSP-DF e SMDF

QUEM ASSUME A CRIAÇÃO

Avó: 43,4% (70)

Pai (não agressor): 22,9% (37)

Tia: 19,2% (31)

Irmã ou irmão: 6,8% (11)

Outros (tio, avô e padrinho): 6,2% (10)

Outros (segunda mãe e prima): 1,2% (2)

Números consideram os 161 beneficiários de 1 a 17 anos atendidos atualmente

PROGRAMA ACOLHER ELES E ELAS

225 BENEFICIADOS

desde a criação do programa (dez/2023)

199 cadastros ativos: 161 crianças/adolescentes (1 a 17 anos) e 38 jovens (18 a 21 anos)



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Três perguntas para

Ingrid Martins, advogada, mestre e doutoranda em Direito pela UnB, especialista em direitos humanos e violência contra as mulheres

Por que a responsabilidade da reconstrução familiar recai quase inteiramente sobre as mulheres?

Isso tem relação direta com a divisão sexual do trabalho, que historicamente coloca sobre as mulheres a responsabilidade pelo cuidado. Quando uma mãe é assassinada, esse trabalho não desaparece: ele costuma ser transferido para outra mulher da família, especialmente a avó materna. Não é uma escolha livre dessas mulheres, mas uma obrigação que lhes é socialmente empurrada em um momento de luto. O feminicídio mata uma mulher, mas também reorganiza compulsoriamente a vida de várias outras mulheres ao redor dela.

Como essa perda impacta a mobilidade social e a economia dessas famílias a longo prazo?

O feminicídio não elimina apenas uma fonte de renda. Ele destrói também uma estrutura de cuidado. Na prática, alguém precisa deixar de trabalhar ou reduzir sua renda para assumir essas crianças, enquanto aumentam os gastos com alimentação, saúde, educação e atendimento psicológico. Por isso, o feminicídio produz um efeito econômico que pode atravessar gerações: reduz oportunidades de estudo, trabalho e mobilidade social de toda a família.

Por que é importante falar em direito à reparação, e não em comoção ou favor?

Porque comoção é passageira; direito exige resposta permanente do Estado. Quando falha na prevenção, a responsabilidade do Estado não termina com a prisão do agressor. Essas famílias não devem depender de caridade: elas precisam ser reconhecidas como vítimas indiretas de uma violência que o poder público tinha o dever de prevenir e, quando isso não ocorre, também de reparar.

Acesso aos serviços

» Projeto Amparar (MPDFT)

Acolhimento multidisciplinar, orientação jurídica e suporte psicológico. Para receber o apoio da iniciativa, o atendimento deve ser solicitado por meio do preenchimento de formulário on-line. Mais informações no site www.mpdft.mp.br.

» Programa Acolher Eles e Elas (SMDF)

Garante o auxílio financeiro mensal e o acompanhamento psicossocial de órfãos do feminicídio. A inclusão ocorre por encaminhamento da Polícia Civil, busca ativa da Secretaria da Mulher ou por procura espontânea da família nas unidades de atendimento. Mais informações no site www.mulher.df.gov.br.

iniciativa atua na garantia de direitos e no acolhimento humanizado tanto para as sobreviventes de tentativas de feminicídio quanto para as vítimas indiretas desse e de outros crimes com morte, como homicídios e latrocínios.

“Ao abordarmos essas mulheres, em especial as mães das vítimas, nosso primeiro cuidado é proporcionar um espaço de escuta seguro em que possam expressar como têm vivido não apenas o luto, mas toda a desestruturação familiar decorrente do crime”, explica Ana Júlia Luizon, psicóloga formada pela

Universidade de Brasília (UnB) e residente no Nuav. Ali, a equipe mapeia e busca assegurar direitos que, por vezes, elas sequer sabiam que poderiam acessar. “Trabalhamos em conjunto para garantir proteção integral”, acrescenta.

Muitas dessas famílias, segundo Ana Júlia, vêm de ambientes marcados por vulnerabilidades sociais, “atravessadas por questões de gênero, raça e classe, drasticamente agravadas pelo cenário da violência”, destaca. Como exemplo de assistência, a psicóloga cita a situação na qual o MPDFT se

articula com a Secretaria de Educação para garantir que órfãos do feminicídio tenham seu direito à educação assegurado, quando o impacto da perda exige que a família mude de endereço.

De acordo com a profissional, é comum que as novas tutoras dessas crianças e adolescentes já estejam no contexto de cuidadoras da família, no qual as necessidades de terceiros são priorizadas. “Foram socializadas para o cuidado, para o maternar. Costumam chegar ao atendimento falando mais de outros familiares do que de si mesmas e dos seus sofrimentos. Então, trabalhamos para que elas consigam olhar também para suas próprias necessidades”, reforça a psicóloga.

No caso de L.S., tanto ela quanto a filha, M.S., vivenciaram o tormento da violência doméstica. “Hoje, digo para todas: ‘Se ele ousar levantar a mão para você, vá embora’”. A força para seguir está em saber que o neto precisa de seus cuidados. “Uma vez, o pai dele falou que pediria a guarda na Justiça, mas não aceitei. Vou lutar por ele. Esse menino é minha vida e não vou perdê-lo jamais”, frisa.

“Deus chamou”

M.P., 56, e os quatro netos — um casal de gêmeos de 11 anos, um menino de 9 e uma menina de 8 — também recebem assistência do projeto Amparar. Há um ano, ela convive com o luto diário pela perda da filha, I.P., 36. “Cuidar das crianças é trabalhoso, mas não é mais difícil que perder uma filha. Essa dor não passa”, conta. Sozinha, ela mora com as crianças em um apartamento de um quarto na Asa Norte. “Alimentação, educação e saúde são as prioridades. Vivemos no aperto, mas não falta o básico. Agora, estão até fazendo tratamento dentário”, comenta.

I.P. passou anos em batalha contra a dependência química. Foram altos e baixos. “Ainda assim, sempre foi muito trabalhadora; estava cursando enfermagem. No tempo em que esteve bem, conseguiu até comprar um carro. Quando era possível, nos levava para passear e comer pizza”, recorda a mãe. Durante uma recaída, foi atirada para uma emboscada por um homem e, depois, assassinada. Ela estava grávida.

“Não escondi o que aconteceu das crianças. Disse que Deus chamou a mamãe para morar com Ele e que ficaríamos apenas na saudade. Expliquei que a tiraram de nós e me perguntaram se foi feminicídio. Assenti”, detalha. M.P. conta que, por assistirem muito ao telejornal, os pequenos têm familiaridade e maturidade para entender certas circunstâncias. “Converso sobre tudo. Oriento para que fiquem atentos a possíveis situações de abuso e os fiz decorar os telefones mais importantes para pedirem ajuda quando necessário”, acrescenta.

Ana Júlia Luizon, psicóloga do Nuav, orienta que, respeitando o entendimento da criança conforme sua idade, o assunto seja abordado da forma mais aberta possível. “É preciso permitir que a criança participe desse momento de luto e não fique no vazio. Deve-se garantir que essa informação seja transmitida de forma acolhedora e segura”, recomenda. Além do Amparar, os netos de M.P. são assistidos pelo programa Acolher Eles e Elas.

Para garantir que o amparo chegue a essas famílias, a porta de entrada do Acolher Eles e Elas funciona em rede contínua e sem burocracias. Além da procura espontânea, a Polícia Civil encaminha os boletins de ocorrência à SMDF assim que identifica a existência de filhos da vítima, acionando também equipes de busca ativa e comitês de proteção que vão até o domicílio.

“As maiores dúvidas das responsáveis referem-se à regularização da guarda e tutela, demandas que articulamos junto à Defensoria Pública do DF. O maior desafio ainda é localizar órfãos de crimes ocorridos antes da criação do programa, em 2023, devido a mudanças de endereço e telefone”, explica Mayara Souza, da SMDF. “O acompanhamento escolar é feito continuamente por comprovação de matrícula e por intervenções diretas junto à Secretaria de Educação nos casos que demandam maior atenção”, pontua.

Ressignificação

Mesmo com M.P. mantendo uma relação de confiança com as crianças, para poderem conversar sobre qualquer assunto, desabafar com os pequenos a respeito do próprio sofrimento ainda não é uma opção. “Querendo ou não, fico sobrecarregada e sinto necessidade de falar sobre isso com um adulto. Compartilhar essas dores com as crianças pode fazê-las se sentirem um fardo em minha vida. É isso não é verdade. Eles são tudo para mim”, revela.

Para a psicóloga Ana Júlia, a elaboração desse luto é um processo singular, no qual cada familiar precisa reorganizar suas narrativas para conviver com uma ausência que permanece presente. “A reorganização da rotina e a resignificação do sofrimento levam tempo e se sustentam no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com uma rede de apoio que torne isso possível”, pontua a especialista do Nuav.

As cicatrizes do luto são compartilhadas pelas quatro crianças quando revisitam memórias da mãe, relembram histórias e reveem fotos. “Não choram. Só sentem saudade”, comenta M.P. Mesmo diante da perda, os cinco tentam resignificar a dor. Maratonam filmes, passeiam no parque e jogam bola. “É amor, não é?”

*Para preservar as famílias, a reportagem usou as iniciais dos nomes das entrevistadas.